

Sarney quer eleições de

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente do PDS, Senador José Sarney, defendeu ontem a introdução de mecanismos visando a democratizar o processo de escolha de candidatos no projeto de implantação do voto distrital, e sugeriu que votação para deputados estaduais e federais — mesmo aqueles que concorrerão pelo sistema proporcional — seja restrita a um só distrito.

Segundo o Senador, a eleição passaria a combinar o voto distrital com o voto por distrito, sistema utilizado em alguns países, como a França. A principal inovação é que o candidato a deputado pelo sistema proporcional só poderia ser votado em um dos distritos que compõem o Estado, — o voto por distrito — e na apuração dos votos é que seria seguido o sistema proporcional.

Em cada distrito, cada partido lançaria, obrigatoriamente, dois candidatos a deputado federal. Para as vagas reservadas ao sistema distrital — em princípio, a metade do número de cadeiras do Estado — seriam considerados eleitos os candidatos mais votados, um para cada distrito. Já para as vagas reservadas a preenchimento pelo sistema proporcional, seriam primeiro somados os votos dados a todos os candidatos do partido às vagas proporcionais, cada um dos quais concorreu em apenas um distrito do Esta-



Sarney acha a fórmula mais democrática

do. Utilizando o atual sistema de divisão por sobras, se chegaria ao número de vagas a que cada partido teria direito, e estas seriam preenchidas pelos candidatos, em ordem de votação.

Sarney acredita ainda que a divisão de cada distrito em subdistritos

para a eleição dos deputados estaduais poderá dificultar a solução do problema, devido ao conflito de interesses dos candidatos. Ele propõe que, na escolha dos deputados estaduais, seja acrescentado aos dois sistemas prevalecentes para a votação nos federais, a indicação por listas.

A lista seria elaborada por cada convenção partidária, e, verificado o número de vagas disponíveis para cada partido na Assembleia Legislativa, os primeiros nomes que nela figurassem seriam considerados eleitos.

DEMOCRACIA

O Senador ressaltou que, durante a discussão da implantação do voto distrital, deverão ser imaginadas fórmulas visando a tornar mais democrático o processo de escolha de candidatos, evitando a possibilidade de domínio da máquina partidária por grupos.

Sem apresentar sugestões concretas, Sarney lembrou que os Estados Unidos há o candidato independente, que concorre com base no apoio de um percentual mínimo dos eleitores do distrito, e, se eleito, tem prazo para filiar-se a um dos partidos existentes.

PDS pretende mudar legislação partidária

BRASILIA (O GLOBO) — Não está em discussão a prorrogação dos mandatos dos dirigentes partidários, e sim uma modificação na atual legislação visando a dar autonomia aos partidos para fixar a data de suas eleições internas, atualmente marcadas pela Lei Orgânica dos Partidos, segundo afirmou ontem o Presidente do PDS, Senador José Sarney.

— O que se discute não é prorrogação — disse — e sim o que tem sido levantado diversas vezes por todos os partidos: a necessidade de terminar com a tutela da Lei Orgânica sobre detalhes da vida partidária.

Sarney disse que o PDS não tem posição oficial sobre o assunto, pois na reunião de presidentes de Diretórios

Regionais, não houve definição, mas "apenas uma aferição de tendências". Reconheceu, porém, que desta aferição resultou que a "grande maioria" é favorável ao adiamento da renovação dos mandatos dos diretórios, mas apenas a nível municipal.

O Senador ressaltou ainda que a medida só terá chances de aprovação se contar com o apoio dos demais partidos, e que não se trata de uma iniciativa do PDS, ou de projeto partidário. Ele informou também que não vai procurar outros dirigentes partidários para discutir o assunto, porque o encaminhamento do tema deverá ser através das bancadas.

Já o Secretário-Geral do PDS, De-

putado Plácio Vianna, informou que, apesar da movimentação em torno da ideia de adiar as eleições partidárias, iniciou o envio de instruções aos diretórios, porque no dia 24 de fevereiro começam a contar os prazos para a realização de convenções. A definição do assunto não poderá ocorrer antes da primeira semana de março, quando reabrem os trabalhos do Congresso.

Para aprovar o projeto deixando a cargo dos partidos fixar o mandato de seus dirigentes, seria necessário que ao PDS se juntasse pelo menos uma das bancadas de oposição, e também que nenhuma delas colocasse impedimentos, provocando a obstrução através de verificação de quorum, o que tornaria muito mais difícil a aprovação.

Deputados restritas a distrito